

ARTIGOS

CAMPANHAS ONLINE: UM DESAFIO PARA A JUSTIÇA ELEITORAL

VINÍCIUS WU

Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio e idealizador do Gabinete Digital, projeto vencedor de prêmios do Banco Mundial e ONU
viniciuswu@gmail.com



Um estudo da Universidade de Oxford, divulgado recentemente, confirmou um dado preocupante: os dois principais partidos do país, PT e PSDB, investiram alguns milhões de reais em bots – dispositivos eletrônicos que impulsionam a distribuição massiva de informações na rede – durante as eleições de 2014.

Os bots têm sido utilizados em campanhas eleitorais em diversos países e, em muitos casos, são responsáveis pela disseminação de boatos, acusações, notícias falsas etc. Eles já são apontados por pesquisadores como fator de distorção de corridas eleitorais mundo afora. Em especial, a eleição de Donald Trump, nos EUA, suscitou uma série de reflexões a respeito da utilização das mídias digitais para favorecer a disseminação de discursos de ódio e a falsificação de informações.

Outra questão que tem sido

recorrente nos debates sobre o papel das mídias digitais em campanhas eleitorais diz respeito à tendência das mesmas em estimularem a formação de bolhas – ambientes virtuais reunindo indivíduos que compartilham e recebem conteúdos semelhantes, inibindo a reflexão baseada no contato com posições diferentes.

A estrutura normativa desconsidera o fato de que o ambiente digital é vivo e não estático

Vai ficando evidente que a regulação do uso da internet em campanhas eleitorais é um problema colocado para as democracias contemporâneas. Porém, a Justiça Eleitoral bra-

sileira não tem acompanhado a velocidade das transformações no ambiente digital.

Em 2016, o Tribunal Superior Eleitoral implementou um conjunto de medidas que alteraram o padrão das disputas pelo voto no país, tais como redução do tempo de campanha de 90 para 45 dias. Porém, em relação à campanha na web, o TSE apenas reafirmou a vedação à veiculação de publicidade eleitoral paga. Desde 2014, não foram atualizados sequer os valores das multas aplicadas no caso de descumprimento da lei.

O que se percebe é que a estrutura normativa desconsidera o fato de que o ambiente digital é vivo e não estático – está em permanente mudança – e, portanto, é preciso que a legislação eleitoral acompanhe essa dinâmica. Trata-se de uma questão central para o equilíbrio e a qualidade das próximas disputas eleitorais no país.

SOBRE “TELAS” E CONVIVÊNCIA SOCIAL

IR. CELASSI DALPIAZ
Diretora do Colégio Santa Inês
celassi@santainesrs.com.br



Que a tecnologia veio pra ficar, ninguém discute. E isso é muito bom! Mas em meio a tantas “telas”, cada vez mais atraentes, urge termos o olhar focado nas crianças e jovens e na grande exposição diante desses meios. Há uma dicotomia entre a necessidade e o excesso, o que não estabelece uma comunicação saudável com o ambiente em que estão inseridos e provoca restrições nas relações sociais. E nós, pais e educadores, como podemos ajudar na mediação da dependência que existe em relação à tecnologia?

O uso das tecnologias facilita a conexão com o mundo, amplia os horizontes e nos traz inúmeros benefícios. Quanto à educação, os avanços são notáveis através do ambiente virtual. Fomos levados a mudanças gigantescas, fazendo uma imersão para beneficiar e oportuni-

zar aos estudantes um aprendizado mais dinâmico.

Mas, mesmo com imensuráveis benefícios, o que fazer com questões como o cyberbullying ou o prejuízo causado pela exposição contínua das crianças e dos jovens nas redes sociais, entre outros meios? É aí que entra

Cabe-nos, como adultos, mediar a necessidade, buscando, juntos, a medida exata

um elemento essencial: a relação honesta entre pais e filhos, com o objetivo de protegê-los e ajudá-los a se beneficiarem, na medida certa, do mundo sem fronteiras ao seu alcance. E isso requer um maior cuidado e vigilância das famílias.

Causa-me sofrimento ver que, em momentos de interação entre pais e filhos, muitos adultos não conseguem, simplesmente desfrutar, porque tudo precisa ser registrado e comunicado em uma página. Perde-se um momento importante do olho no olho, do abraço e da percepção real do sentimento.

Cabe-nos, como adultos, mediar a necessidade e contrapor o excesso, buscando, juntos, a medida exata. Até onde nossos filhos precisam ficar expostos às telas diariamente? É de nossa responsabilidade encontrar esse equilíbrio, para que nossas crianças e jovens consigam crescer de forma saudável, garantindo-lhes a tão necessária convivência social. Com diálogo aberto, limites e afabilidade, temos grandes possibilidades de dirimir essa dicotomia e preservar as relações.

OPINIÕES ONLINE

Políticos representam eles mesmos, diz subprocurador-geral **Jayme Eduardo Machado**

Estado precisa apostar em ferrovias, defende ex-secretário **João Victor Domingues**



Artigos devem ter até 2.100 caracteres. Os textos assinados não representam a opinião do Grupo RBS.
zhora.co/Opiniaozh #artigozh@zerohora.com.br @opiniaozh

IOTTI

iotti@iotti.com.br



RBS BRASÍLIA

Guilherme Mazui INTERINO
guilherme.mazui@gruporbs.com.br
@guilhermemazui

Festival de dilemas

Advogado de **Michel Temer**, **Antônio Cláudio Mariz** requeitou o discurso do cliente, denunciado por corrupção passiva: não há prova de que os R\$ 500 mil da mala da JBS morreriam no bolso do presidente da República. Ao entregar na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a defesa de Temer, Mariz voltou a apostar no discurso da “ficção” e “suposições”. Como o futuro do governo depende mesmo da política, o advogado reforça o argumento dos escudeiros do presidente, que tentarão engavetar a denúncia. Por ora, em um giro pelo plenário, observa-se um festival de dilemas em uma base constrangida. “Se voto pela denúncia, como fica a economia?”, indaga um petebista. “Se o Temer sair, vai ter gente na rua pedindo diretas, e eleição direta vai dar Lula”, diz um pepista, que pondera:

“Segurar o Temer é dizer ao meu eleitor que não estou nem aí para a corrupção”. O rastro do dinheiro também suscita dúvidas. “Como votar algo tão grave, sem a certeza de que o dinheiro era do Temer? É difícil acreditar que o dinheiro era do **Rocha Loures**, então, como salvar o presidente sem a certeza de que ele não participou do esquema?”, afirma um peemedebista. Enquanto deputados maturam a solução das interrogações – medindo a reação das urnas e negociando cargos e emendas –, os fatos novos podem aparecer. Conforme o BuzzFeed, **Eduardo Cunha** (PMDB-RJ) e **Lúcio Funaro** já deram os roteiros de suas delações, confirmando que receberam dinheiro na prisão, dentro da conclusão da PGR sobre a conversa entre Temer e **Joesley Batista**. Um senhor fato novo pode semear uma certeza no plenário da Câmara contrária ao futuro de Temer.

APOIO

Antônio Cláudio Mariz chegou à Câmara escoltado por **Darcísio Perondi** (PMDB-RS) e **Carlos Marun** (PMDB-MS), os dois zagueiros de Temer. Os líderes do governo, **Agninaldo Ribeiro** (PP-PB), e da bancada do PMDB, **Baleia Rossi** (SP), não apareceram. No Senado, **Tasso Jereissati** (PSDB-CE) afirmou que a tendência tucana é pelo “desembarque” do governo.

CHINÊS

O embaixador da China no Brasil, **Li Jinzhang**, planeja visitar o RS em outubro, a convite do senador **Lasier Martins** (PSD-RS). Os dois discutiram o interesse chinês para investir em usinas térmicas a carvão mineral e na construção de rodovias e pontes no Estado.

Colaborou Silvana Pires